

## AduFRJ

## Procurador da UFRJ diz que D.E. é tema administrativo

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
 MJ - POLÍCIA FEDERAL  
 SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO RIO DE JANEIRO  
 Avenida Rodrigues Alves Nº 1, Praça Mauá, Centro - Rio de Janeiro/RJ. Tel.: (21) 2203-4500  
 Ofício nº 11296/2016 - IPL 0906/2016-1 SR/PP/RJ - DELEFAZ  
 Rio de Janeiro/RJ, 30 de agosto de 2016.

A Sua Senhoria o Senhor  
 Chefe de Gabinete do Reitor da UFRJ  
 Universidade Federal do Rio de Janeiro  
 Avenida Pedro Calmon, 550 - Prédio da Reitoria - 2º Andar  
 Cidade Universitária - Rio de Janeiro/RJ  
 CEP 21.941-901

Assunto: solicita

Ref.: IPL Nº 0906/2016-1 - DELEFAZ/SR/PP/RJ.  
 (Favor mencionar o número do ofício e do IPL na resposta)

Senhor chefe,

De ordem do Delegado de Polícia Federal, Doutor MARCELO PREVITALLI, nos termos da Portaria do inquérito policial supramencionado, solicito a Vossa Senhoria que diligencie, junto aos professores uma declaração de cada qual a respeito do exercício das atividades constantes do Lattes e que sejam incompatíveis com o regime de dedicação exclusiva, atendendo ao item "1" do Ofício nº 4.650/16/MPF (cópias anexa), bem como a elaboração de Planilha que indique os valores pagos indevidamente na hipótese de o regime de dedicação exclusiva não ter sido cumprido pelos professores indicados.

Atenciosamente,

SERGIO DE ARAUJO MALIZE  
 Escrivão de Polícia Federal  
 1ª Classe - Matrícula nº 16.136

UFRJ  
 Divisão do Gabinete do Reitor  
 Registrado sob o nº 1269  
 Revisto em 06/08/2016  
 Por [assinatura]

DEDICAÇÃO EXCLUSIVA

ELISA MONTEIRO E KELVIN MELO  
 comunica@adufRJ.org.br

O procurador jurídico da UFRJ, Jezihel Pena Lima, estranha a investigação criminal que a Polícia Federal conduz na universidade sobre supostas violações ao regime de Dedicação Exclusiva. Para Jezihel, o caso é de apuração interna. E, se comprovada alguma irregularidade, a penalização é administrativa. “Eu nunca vi violação de regime de dedicação exclusiva sendo tratada como crime”, afirmou. “Na pior das hipóteses, a improbidade seria de âmbito administrativo disciplinar”, explica.

No início de abril, como noticiado pelo último **Boletim da Adufrj**, a Pró-reitoria de Pessoal enviou um questionário para todos os docentes da universidade com perguntas sobre regime de trabalho e acumulação de cargos. De acordo com a reitoria, a ideia surgiu

por solicitação da Polícia Federal. Os professores teriam até 10 de maio para devolver o questionário. A PR-4 fará uma nova solicitação para quem não cumprir o prazo.

A reitoria e a Procuradoria da UFRJ alegam que jamais tiveram acesso ao conteúdo do processo investigativo. Mas, mesmo nessas condições, a PR-4 optou por enviar o formulário a todos os docentes. O objetivo, segundo a Pró-reitoria, seria criar um mecanismo de segurança para todos os servidores da universidade. “A PR-4 decidiu tornar periódica a consulta sobre acumulação de cargos para técnico-administrativos e docentes”, pontua a nota da assessoria da reitoria.

Os questionários respondidos serão arquivados pelas seções de pessoal das unidades da UFRJ para compor as respectivas pastas funcionais dos servidores. A reitoria afirma que não irá enviar os documentos à Polícia Federal.

O procurador Jezihel destaca que, se o Ministério Público localizou indícios de crimes, “como falsificação documental”, a Polícia Federal pode ir diretamente às unidades em busca de informações. Ele ressalta que a universidade não é parte na investigação.

No Ministério Público Federal, o inquérito está sob a responsabilidade do procurador José Maria de Castro Panoeiro. Questionado sobre a origem da investigação, Panoeiro limitou-se a dizer, via assessoria, que o procedimento foi instaurado pelo procurador Antônio do Passo Cabral e tem por base “peças extraídas” de um inquérito relativo à Universidade da Força Aérea (Unifa). O setor de Comunicação Social da Polícia Federal respondeu apenas que “tem como política não comentar investigações em andamento”.

■ O plantão jurídico da Adufrj está à disposição dos docentes para esclarecer dúvidas sobre o assunto.



**PLENÁRIA DE EXTENSÃO** Coordenadores do tema nas unidades montam cronograma de discussão sobre a resolução 08/2014. Mudança impacta carreira

# Professores criticam mudanças na Extensão

**KELVIN MELO**  
kelvin@adufRJ.org.br

**A** proposta que muda as regras da Extensão relativas à progressão da carreira docente está provocando intensa discussão na comunidade acadêmica. O Centro de Tecnologia divulgou nota contra qualquer alteração na norma atual, a resolução nº 08/2014 do Conselho Universitário. O entendimento é que haveria prejuízos aos docentes. “Seria benéfica a manutenção da resolução vigente”, reforça um trecho do documento (leia a íntegra ao lado). O CCMN também se posicionou unanimemente contra a mudança. De acordo com as regras atuais, os professores possuem duas formas de pontuar nas atividades de Extensão: pelos projetos, eventos e cursos registrados no sistema da PR-5 ou por aqueles aprovados nos colegiados das unidades, mas não necessariamente cadastrados no sistema.

“Não pode haver ingerência”, avalia

## QUE É EXTENSÃO

■ A UFRJ adota definição do Fórum de Pró-Reitores de Extensão de instituições públicas: “A Extensão Universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e Extensão, é um processo interdisciplinar educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre universidade e outros setores da sociedade”.

Tatiana Rappoport, do Instituto de Física. A professora colabora com o projeto “Tem Menina no Circuito”, que motiva jovens de uma escola pública de Nova Iguaçu a se interessar por Ciência e Tecnologia. “O principal problema é a centralização. Em pesquisa, um projeto não precisa passar pela aprovação da Pró-reitoria de Pós-graduação e Pesquisa, por exemplo”.

Colaboradora de outro projeto de

Extensão, a professora Mônica Ferreira Moreira, do Instituto de Química, segue o mesmo ponto de vista: “Não deve depender do aval da reitoria um item importante para a progressão dos professores. A redação atual da resolução do Consuni é mais aberta”, afirma.

Coordenadora do projeto “UFRJ Doa uma Aula”, no qual docentes da universidade oferecem aulas nas escolas públicas, a professora Débora Foguel, do Instituto de Bioquímica Médica, também discute os obstáculos do cadastramento: “O formulário não contempla um projeto desta abrangência, com vários professores de diversas áreas”.

No dia 7 de maio, data da mais recente reunião da Plenária de Extensão, instância que reúne os coordenadores da área, a pró-reitora Maria Malta disse estar equivocada a interpretação de pontuar atividades que não estão no Sigproj. “Isso não corresponde ao *caput* da resolução”. Segundo ela, o inciso III do artigo 12 diz que só podem ser consideradas as ações devidamente cadastradas no sistema de informação definido pela PR-5.

Esse não é o entendimento, no entanto, de vários professores. Eles apontam que há uma exceção no item B do mesmo inciso, que trata de atividades de ensino que caracterizam a integração entre a UFRJ e a comunidade atendendo a projetos cadastrados na UFRJ “ou aprovados pelo colegiado superior da unidade”.

A pró-reitora afirma também que as propostas não são “aprovadas pela PR-5”, mas passam por uma comissão de professores avaliadores indicados pelos coordenadores das unidades. Ela diz que a plataforma Sigproj está melhorando: “Os próprios professores estão percebendo isso. Eram 43 em 2012; hoje temos mais de 1,8 mil docentes inscritos no sistema”.

Ainda na plenária, ficou definido que as próximas seis reuniões vão receber contribuições sobre a proposta de cada um dos centros, além de Macaé e Xerém, para fechar o documento.

## A PROPOSTA DE MUDANÇA

da resolução nº 08/2014 acaba exercendo um controle inadequado sobre as atividades dos professores. Quando temos a ideia de uma pesquisa, apresentamos em nossos colegiados, discutimos com nossos pares. E eles não dizem se aprovam ou desaprovam. Trava-se uma discussão crítica, levantam-se problemas, mas o professor tem liberdade de cátedra para definir seu objeto de pesquisa. Nesta proposta, o projeto de extensão tem que ser registrado e aprovado pela pró-reitoria, o que fere a liberdade de cátedra e a autonomia dos professores.

## EU SOU COMPLETAMENTE

a favor de que as atividades sejam registradas. Para que todo mundo tome conheci-

mento. Faz parte da transparência da universidade. Mas é um gesto muito autoritário a pró-reitoria ter a prerrogativa de aprovar ou indeferir os projetos de extensão. Nós não temos que submeter nossos projetos de pesquisa à aprovação da Pró-reitoria de Pesquisa. Por que então temos de submeter os projetos de extensão à Pró-reitoria de Extensão?

## NÃO CABE À PRÓ-REITORIA

definir o que é extensão ou não. Pode ser uma atividade de transmissão do conhecimento, de aproximação da universidade com a sociedade, de produção de conhecimento fora da universidade... Há uma pluralidade em tudo o que supera os muros da UFRJ.

## COM ESTA PROPOSTA,

a pró-reitoria cumpre um papel contrário ao que deveria fazer: em vez de estimular, dificulta e inibe. É importante que os professores sejam estimulados a desenvolver as atividades de extensão

**MARIA PAULA NASCIMENTO ARAÚJO**  
Professora do Instituto de História e diretora da Adufrj



DOCUMENTO da PR-5 foi entregue aos integrantes do Consuni, explicando a situação da área. Pró-reitora alegou que há problemas de comunicação sobre o tema. Em nota, o decano do CT informou que Centro não deseja mudanças na resolução nº 08/2014

Prezada Pró-Reitora de Extensão Profa Maria Malta

Em reunião realizada na Decania do Centro de Tecnologia, no dia 24/04/2018, em que estavam presentes, além do Decano do Centro de Tecnologia (CT) e dos Coordenadores de Extensão do CT, Prof. Thiago Aragão (Titular) e Profa Bianca Pinheiro (Suplente), os Diretores da Escola Politécnica, Profa Cláudia Morgado, e da Escola de Química, Prof. Eduardo Mach, a Diretora Acadêmica da COPPE, Profa Claudia Werner, a Coordenadora de Extensão da Escola de Química, Profa Susanne Hoffmann, e o Coordenador de Extensão do Nides, Flávio Chedid, discutiu-se a proposta da PR-5 de alteração do texto referente às atividades constantes do Grupo III (Extensão) da Resolução 08/2014 do CONSUNI, que dispõe sobre os critérios de progressão na carreira docente.

Após extensas conversas e argumentações de todas as partes presentes chegou-se à conclusão, com a exceção do representante do NIDES, que as alterações propostas na referida resolução prejudicariam a progressão dos docentes do Centro de Tecnologia, devido às características e especificidades do Centro. Posteriormente, em consulta individual, o Diretor do IMA, Prof. Luis Claudio Mendes, concordou com a posição majoritária da reunião supracitada. Chegou-se também à conclusão que seria benéfica a manutenção da flexibilidade permitida na resolução vigente.

Assim, ainda que prevista a sua revisão após o período de 2 anos de sua publicação, entende-se não ser adequada qualquer alteração no presente momento. Acreditamos que uma mudança de tal relevância implica em um maior entendimento sobre o conceito de extensão, tanto no que diz respeito à carreira docente, como à creditação de ações no currículo de discentes de graduação.

Atenciosamente,

Prof. Fernando L. B. Ribeiro  
Decano do Centro de Tecnologia  
Universidade Federal do Rio de Janeiro

## ADUFRJ DE OLHO

### CONVÊNIO DE SEGURANÇA

■ A entrada da UFRJ no Programa Estadual de Integração na Segurança (Proeis), que utiliza policiais militares em horário de folga, ainda não foi efetivada. O convênio de adesão seria custeado pela Petrobras, que mantém um centro de pesquisas no campus do Fundão. Além disso, a Prefeitura Universitária informou que o batalhão da PM da Ilha do Governador também continua sem novos equipamentos e viaturas para ampliar o patrulhamento da ilha do Fundão.

### ESCOLA DE BELAS ARTES

■ A recuperação da Escola de Belas Artes anda a passos lentos. Segundo a Reitoria, a reestruturação da rede elétrica vertical do prédio e do 9º andar será iniciada com o lançamento do edital de uma licitação no dia 14 de maio. Os novos elevadores sociais serão entregues em até 90 dias. Para Madalena Grimaldi, diretora da unidade, a obra segue lenta: “A situação é muito difícil. Continuamos esparramados pelo campus”.



# DE: CIENTISTAS PARA: PRESIDENCIÁVEIS

ELISA MONTEIRO

elisamonteiro@adufjrj.org.br

**N**o que depender da comunidade acadêmica, a Ciência estará na agenda da eleição de 2018. A Academia Brasileira de Ciências lançou na quarta-feira, 9, um plano estratégico para o setor que será entregue aos candidatos à presidência, aos governos de estado e ao Congresso Nacional. “Não será por falta de propostas que o desenvolvimento científico será comprometido”, afirmou o presidente da ABC, Luiz Davidovich, professor do Instituto de Física da UFRJ.

Dois presidenciáveis já confirmaram a agenda. Manuela D’Ávila (PC do B) e Guilherme Boulos (PSOL) e farão reunião com cientistas nas próximas semanas.

O documento da ABC foi apresentado em coletiva de imprensa no Museu do Amanhã. Ele traz onze pontos prioritários para recuperação do setor. Entre eles estão a recomposição orçamentária e o

resgate de um ministério dedicado exclusivamente ao tema. “Precisamos de um plano de Estado que resista a governos”, defendeu Davidovich.

É a quarta vez que Academia Brasileira da Ciência força a entrada da pauta na agenda eleitoral nacional. Para os cientistas, o melhor horizonte para o Brasil do século XXI é uma bioeconomia – uma economia sustentável baseada na diversidade nacional.

Segundo o vice-presidente da ABC, João Fernando Gomes de Oliveira, a receptividade dos candidatos à plataforma “em geral é positiva, embora pouco seja levado à frente”. “A ideia é criar uma responsabilidade maior”, afirmou. Faz parte da estratégia ainda buscar influenciar ainda as eleições estaduais. “Tanto pela relevância das agências de fomento dos estados, quanto pela relevância das pesquisas para redução das desigualdades regionais”, justificou Jailson Bittencourt, do Conselho Fiscal da ABC.

A recuperação econômica é usada

pelos acadêmicos como argumento a favor do investimento no setor. “No mundo atual, não é possível deitar em berço esplêndido”, advertiu João Fernando Gomes de Oliveira. “Cada vez mais, é fundamental agregar valor para o desenvolvimento tecnológico, social e ambiental”, afirmou. Um exemplo citado foi a produção de carne a partir da multiplicação de células animais no lugar da tradicional pecuária: “Menos poluição e mais independência é o que se busca”.

O presidente da ABC destacou que entre os mais afetados pelos cortes dos últimos anos estão os laboratórios experimentais, “que dependem de recursos para a compra de insumos e manutenção de equipamentos, muitas vezes importados”. A maioria deles instalada nas universidades federais. Para ele, está perto do fim a gordura acumulada pelas instituições em anos anteriores. “E, se for mantido o plano de congelamento dos investimentos por vinte anos, será um tiro no pé para o país”, avaliou.

## TRÊS QUEDAS DE LUZ EM MENOS DE 48h NO HOSPITAL

ISABELLA OLIVEIRA (estagiária)

isabella@adufjrj.org.br

■ Um problema com transformador externo deixou o hospital Clementino Fraga sem luz por três vezes em apenas dois dias. A primeira queda de

energia ocorreu às 7h de terça-feira, dia 8. Cirurgias foram canceladas e procedimentos ambulatoriais, remarcados. No fim da tarde, a luz voltou mas uma nova instabilidade na madrugada de quarta-feira fez com que parte do hospital voltasse a ficar às

escuras. Às 11h de quarta, a energia caiu por completo em toda a unidade. A situação só voltou ao normal às 16h30. No período, apenas o Centro de Tratamento Intensivo (CTI), a Emergência e o Centro Cirúrgico funcionaram com o auxílio de geradores.